Conselho Superior de Estatística

Secção Permanente de
Estatísticas de Base Territorial

SUSTENTABILIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS

Salão Nobre do INE

22 de setembro de 2025

dezembro/2025

ÍNDICE

1. Organização da sessão 3
2. Notas de abertura 5
3. Sumário executivo 8
4. Apresentações 11
4.1. "Monitorização e Implementação dos ODS através de Instrumentos de Planeamento Estratégicos" 11
4.2. "Monitorização e Implementação dos ODS na Região Centro" 12
4.3. "Turismo, Sustentabilidade e Responsabilidade Social - Realidades e Desafios" 14
4.4. "Gestão de Recursos Hídricos em Contexto de Alterações Climáticas" 15
4.5. "Transformar a Paisagem: Planear, Envolver e Evidenciar" 16
5. Referências bibliográficas e documentais 18
6. Anexo 19
7. Agradecimentos 21

1. Organização da sessão

A organização de uma sessão temática sobre a problemática da sustentabilidade a partir de um conjunto de apresentações, que permitisse apreciar diferentes perspetivas, foi prevista no programa de trabalhos da Secção de Estatísticas de Base Territorial (SPEBT) para o ano de 2025 e contou com a participação de mais de 60 pessoas, entre membros e outros participantes nas estruturas do Conselho Superior de Estatística (CSE), representantes e técnicos indicados pelas entidades representadas no Conselho e antigos membros e participantes no CSE que tinham manifestado interesse em continuar a acompanhar as atividades do Conselho.

De acordo com as disponibilidades manifestadas pelas entidades representadas na SPEBT, foi definido o seguinte programa, apoiado em cinco temáticas:

Programa

14H00 | RECEÇÃO DOS PARTICIPANTES
14H30 | ABERTURA
António Rua – Vice-presidente do CSE
José Cadima Ribeiro – Presidente da SPEBT

14H40 | SUSTENTABILIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS – apresentações e debate
José Cadima Ribeiro – Moderador

Monitorização e Implementação dos ODS através de Instrumentos de Planeamento Estratégicos
Ana Salvado – Chefe da Equipa Multidisciplinar de Monitorização - Centro de Planeamento e de Avaliação de Políticas Públicas (PlanAPP)

Monitorização e Implementação dos ODS na Região Centro
Alexandra Gomes – Chefe da Divisão de Planeamento, Avaliação e Políticas Territoriais - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDR Centro)

Turismo, sustentabilidade e responsabilidade social - Realidades e Desafios
Francisco Sá Nogueira – Assessor Económico - Confederação do Turismo de Portugal (CTP)

Gestão de Recursos Hídricos em Contexto de Alterações Climáticas
Pedro Coelho – Diretor da Administração da Região Hidrográfica do Algarve – APA (APA-ARH)

Transformar a Paisagem: Planear, Envolver e Evidenciar
Ana Seixas – Subdiretora-Geral - Direção-Geral do Território (DGT)

17H30 | CONCLUSÕES E ENCERRAMENTO
José Cadima Ribeiro – Presidente da SPEBT

Pela importância em envolver ativamente o maior número de pessoas/entidades e, dessa forma, aprofundar a reflexão e o debate, para cada apresentação foi previamente assegurado um primeiro comentário estruturado pelos seguintes participantes:

- Primeiro comentário à apresentação **"Monitorização e Implementação dos ODS através de Instrumentos de Planeamento Estratégicos"** efetuado por Carla Coimbra (CCDR Centro);

- Primeiro comentário à apresentação **"Monitorização e Implementação dos ODS na Região Centro""** efetuado por Ana Simão (PlanAPP);

- Primeiro comentário à apresentação **"Turismo, sustentabilidade e responsabilidade social - Realidades e Desafios"** efetuado por Maria de Lurdes Carvalho (CCDR Algarve);

- Primeiro comentário à apresentação **Gestão de Recursos Hídricos em Contexto de Alterações Climáticas"** efetuado Presidente da SPEBT;

- Primeiro comentário à apresentação **"Transformar a Paisagem: Planear, Envolver e Evidenciar"** efetuado por Linda Pereira (CCDR Lisboa e Vale do Tejo).

Como estímulo à participação no evento e partilha de apreciações pessoais, tendo em vista enriquecer a experiência de intervenção na sessão e reunir contributos para o presente relatório, foi previamente disponibilizada a todos os participantes uma ficha para registo pessoal e facultativo de ilações, conclusões e outras anotações, conforme modelo anexo.

A este propósito, esclarece-se que as opiniões, análises e comentários de carácter pessoal contidos neste relatório são de responsabilidade exclusiva de seus autores e não refletem, necessariamente, as posições das instituições às quais pertencem.

Este relatório tem como objetivo apresentar um registo da sessão, incluindo as notas de abertura proferidas pelo Vice-presidente do CSE e pelo Presidente da SPEBT, um sumário executivo que reflete a apreciação global do evento, as ligações para o *site* do CSE com as apresentações efetuadas, uma síntese das principais ideias-chave, bem como comentários e ilações associadas a cada uma das apresentações. Inclui ainda referências bibliográficas e documentais disponibilizadas pelas entidades participantes.

2. Notas de abertura

Nota de abertura do Vice-presidente do Conselho Superior de Estatística

Boas-vindas aos presentes:

aos membros do CSE,

aos representantes permanentes na Secção Estatísticas de Base Territorial,

aos representantes em Grupos de Trabalho

aos técnicos de entidades representadas nas diferentes estruturas do Conselho.

e ainda, aos ex-membros do CSE.

Esta sessão temática, promovida pela Secção Permanente de Estatísticas de Base Territorial, sob proposta do seu presidente, o Sr. Prof. Cadima Ribeiro, enquadra-se no modelo de funcionamento flexível, aprovado pela própria secção, que refere que para a prossecução do seu mandato, a secção realiza, para além de reuniões ordinárias e restritas, sessões temáticas para discussão de temas específicos.

Relativamente ao tema que estará hoje em discussão, refiro alguns projetos estatísticos do INE que se espera que possam contribuir para definição e avaliação das políticas públicas informadas.

Alguns exemplos na área da produção e difusão estatística que se encontram no Plano de atividades do INE de 2025:

Por exemplo, em junho tivemos a divulgação da sétima publicação nacional de acompanhamento estatístico da Agenda 2030 da ONU, ou seja, a publicação com a designação "Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Indicadores para Portugal Agenda 2030".

Temos estado a trabalhar no alargamento do sistema de informação ambiental com a criação de novos indicadores na área da economia circular, enquanto modelo que promove um sistema produtivo e de consumo mais sustentável, nas áreas da mitigação e adaptação às alterações climáticas, dos riscos e perdas associados a desastres ambientais, e de áreas emergentes no âmbito da sustentabilidade.

A este propósito, refira-se a recente disponibilização, na semana passada, da Aplicação Interativa da Economia Circular no site do INE, que oferece o acesso a cerca de duas dezenas de indicadores, organizados em 5 temas (Resíduos, Emissões, Fluxos de materiais, Patentes e Rótulos ecológicos) e que visam dar resposta a uma necessidade crescente dos utilizadores, assim como alimentar os indicadores do Plano Nacional de Economia Circular.

Naturalmente, este é um produto passível de ser melhorado e expandido, aliás como todos os outros, beneficiando do contributo dos utilizadores.

Finalmente, temos o Módulo ad hoc do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento de 2025 sobre Energia e Ambiente, que está a recolher informação relativa às famílias e à população com 16 ou mais anos, que abrange questões relativas ao acesso a espaços verdes, meios de transporte utilizados, eficiência energética da habitação, hábitos relacionados com a sustentabilidade ambiental, entre outros. Os resultados serão divulgados em 2026.

Para terminar, queria apenas desejar continuação de bom trabalho e passar palavra ao presidente da Secção, o Sr. Professor José Cadima Ribeiro.

Nota de abertura do Presidente da Secção Permanente de Estatísticas de Base Territorial

Boa tarde!

Saúdo a presença nesta sessão do Sr. Vice-presidente do Conselho Superior de Estatística, Prof. António Rua, e de todos os demais participantes.

Obrigado pelo interesse manifestado nesta iniciativa da Secção Permanente de Estatísticas de Base Territorial (SPEBT), e pela vossa presença.

Alguns dos presentes lembrar-se-ão de uma intervenção do INE em data que não sei precisar, há 4 ou 5 anos, reportada ao estado de situação em matéria da produção de estatísticas sobre Sustentabilidade e Economia Circular pelo INE (quer dizer, em Portugal) e pelo EUROSTAT.

Na ocasião, a situação era geradora de frustração e não era claro sobre quando seriam dados passos substantivos na matéria.

Nos anos seguintes, pontualmente, esse tema foi sendo invocado de cada vez que havia que preparar um novo plano de atividades da Secção Permanente de Estatísticas de Base Territorial (SPEBT).

Foi este quadro de fundo que me levou a propor a inscrição no plano de atividades deste ano da Secção da sessão temática que estamos agora a concretizar.

Deixem, entretanto, que acrescente que, simultaneamente com a proposta desta iniciativa, avancei com a edição de um livro coletivo, intitulado "O Desafio Crítico da Sustentabilidade: do conceito de sustentabilidade às práticas de política", publicado pela UMinho Editora, em agosto pp., que está disponível para ser descarregado gratuitamente do sítio da Editora (https://doi.org/10.21814/uminho.ed.206).

Esse livro, tal qual esta sessão da SPEBT, tem como razão de ser o que antes anotei, e, também, o momento atual do debate sobre a Sustentabilidade, nas suas expressões ambiental, económica e social.

Em termos bastante mais longínquos, a motivação para a realização da sessão e do livro resultam igualmente de referências que mantenho sobre o debate das matérias em apreço, nomeadamente a publicação em 1972 do livro "Os Limites do Crescimento", de Meadows et al. (1972), do qual, como principal conclusão, se podia extrair que o Homem estava à beira de uma catástrofe ecológica, a menos que se conseguisse reduzir para uma taxa zero a evolução da população mundial e da produção industrial.

Uma premissa base era a de que o crescimento infinito era impossível num planeta finito.

Dos estudos que então fiz enquanto estudante de Economia, percebi que o risco de catástrofe para a humanidade que o trabalho de Meadows et al. (1972) enunciava tinha muito de paralelo com o que fora proclamado cerca de cento e setenta anos antes por Thomas R. Malthus, no seu "Ensaio sobre o Princípio da População".

Aí, Malthus (1826) dizia que as pessoas tenderiam a multiplicar-se exponencialmente enquanto a provisão de alimentos, na melhor das hipóteses, tenderia a aumentar a uma taxa constante.

Assim, retirava a "profecia" de que tenderiam a ser a fome e a guerra a corrigir os desequilíbrios de ajustamento entre crescimento demográfico e disponibilidade de recursos naturais que viessem a gerar-se, periodicamente.

Embora com fundamento diferente do de Thomas Malthus, e sem o dramatismo enunciado por aquele, também em David Ricardo (1975[1817]), um dos fundadores da Economia Política, podem encontrar-se preocupações com a dinâmica de crescimento das economias, a longo-prazo.

Na perspetiva de Ricardo (1975[1817]), mais cedo ou mais tarde, o rendimento nacional deixaria de crescer ou atingiria um estado estacionário.

Para tal tenderiam a contribuir a queda tendencial da taxa de lucro e a estagnação do progresso técnico.

O combate à estagnação do progresso técnico poderia, entretanto, e por algum tempo, ser feito através da mecanização e das descobertas que pudessem ser conseguidas na agricultura que se traduzissem em aumento do rendimento das terras, assim como através do recurso à importação de bens agrícolas (Ricardo, 1975[1817]).

Retornando ao texto "Os Limites do Crescimento", o facto de nas décadas seguintes terem ocorrido grandes avanços tecnológicos e de terem sido descobertas novas reservas de energia fóssil acabou por afastar a problemática da sustentabilidade do debate público corrente, aparecendo as iniciativas da ONU sobre o ambiente como o grande contraponto a esse "esquecimento".

Esse debate alargado só voltou a emergir mais tarde, quando graves problemas sociais e ambientais, com consequências económicas incontornáveis, se foram tornando fenómenos cada vez mais recorrentes.

Obrigado!

3. Sumário executivo

1. Como expressão do compromisso do país com uma trajetória de Desenvolvimento Sustentável, e com o programa Portugal 2030, impõe-se a integração da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) nas políticas públicas e, logo, o alinhamento expresso e implícito dos instrumentos de planeamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

2. A agenda 2030 implica o envolvimento de todos os níveis de governação e de toda a sociedade, e a necessidade de reporte e interligação entre políticas e atores. Com este novo paradigma de desenvolvimento, há várias formas de resolver os problemas, reforçando o papel das políticas públicas e do planeamento estratégico.

3. Mantendo presente a existência de diferentes territórios e situações nos territórios, afigura-se necessário definir diferentes políticas, que têm que ter presentes os atores existentes. Nesse processo, para se compreender a influência das políticas nas regiões, é clara a necessidade de integrar indicadores alinhados aos diferentes níveis da governação do país.

4. "A articulação entre planeamento e execução continua a ser um desafio, exigindo maior coordenação interinstitucional. A promoção de boas práticas e a revisão legislativa são essenciais para consolidar a sustentabilidade como eixo transversal das políticas públicas" (Ana Cristina Ramos, INE). Em matéria de vivência prática, "A replicação do modelo da CCDR-Centro noutras regiões pode [servir de referência e] acelerar a territorialização dos ODS" (Ana Cristina Ramos, INE).

5. Como ponto de partida do processo, existe o desafio da escolha de indicadores para monitorização mais adequados às realidades regionais e locais, com criação de sinergias entre a monitorização dos ODS e as políticas públicas e o desenvolvimento regional, onde a avaliação dos impactes se configura obrigatória, para que não se fique por declarações de princípios, apenas.

6. Em matéria de necessidades de dados com desagregação regional e local, entre outros, estão os de natureza ambiental e sobre grupos sociais e minorias. Previamente, haverá que consensualizar quais deverão ser os critérios de seleção de indicadores, e a respetiva capacidade de garantir a sua disponibilidade e qualidade.

7. À luz das considerações precedentes, afigura-se clara a necessidade de desenvolvimento de uma plataforma de conhecimento sobre políticas, indicadores, métodos e dados, sendo imperativo que seja feita uma adaptação do painel de metas dos ODS definidos pela ONU à realidade nacional, e às realidades regionais.

8. Também quando se consideram o Ordenamento do Território, a Transformação da Paisagem, e a Gestão Integrada de Fogos Rurais, atentos à experiência vivida e aos problemas que importa enfrentar, parece clara a necessidade de articular políticas públicas, o envolvimento de atores, de situar o foco na execução e garantir a disponibilidade de recursos financeiros. Importa, igualmente, ajustar as propostas às necessidades territoriais, para assegurar eficácia e eficiência dos instrumentos de intervenção e recursos afetados. Os resultados que possam ser obtidos

dependerão da liderança e capacidade de dinamização persistente de atores múltiplos existentes em cada território.

9. Aproximando a problemática do desenvolvimento turístico do país, importa assegurar uma melhor gestão dos destinos turísticos, implementando políticas que possam minimizar os impactes negativos da atividade. Para tal, impõe-se assegurar o compromisso dos principais atores do setor com a sustentabilidade e a identificação clara da relação do exercício da atividade com os problemas estruturais enfrentados em matéria de habitação, transportes e recursos hídricos, nomeadamente. Quer dizer, haverá que pensar a sustentabilidade como um modelo de negócio.

10. Como eixo essencial das políticas públicas dirigidas ao setor, está em causa associar a qualidade do turismo à qualidade de vida nos destinos. Para esse efeito, urge também identificar as necessidades de desenvolvimento da informação que permita monitorizar a evolução da indústria turística nos diversos destinos turísticos nacionais, sendo claro que uma dimensão essencial dessa avaliação passa pela recolha de informação sobre a perceção dos residentes dos impactes do turismo.

11. Tratando-se de gestão de recursos hídricos, atentos às alterações climáticas que se fazem sentir, particularmente nalgumas regiões do país, como é o caso do Algarve, afigura-se falho de controvérsia que tal implica a adoção de estratégias e políticas de longo-prazo com participação ativa da sociedade e, mais, encarar a gestão do problema no quadro de um desafio à nossa capacidade coletiva de adaptação técnica, institucional e cultural.

12. Também neste caso importa desenvolver políticas públicas preocupadas com a natureza, as atividades e as pessoas, o que só pode ter alguma garantia de sucesso envolvendo os principais atores (nomeadamente da agricultura, da hotelaria, restauração e golfe, e do setor imobiliário) e o cidadão comum.

13. A água ocupa um lugar central na crise climática, não apenas como um dos recursos mais afetados pelas mudanças no clima, mas, também, como vetor principal dos impactes que estas provocam nos ecossistemas, na saúde humana, na agricultura e na economia. Neste contexto, a gestão da água exige instituições transparentes, responsáveis e capacitadas para desenvolver políticas públicas baseadas em evidência científica, articuladas com os setores da energia, do uso do solo e do ambiente.

14. A produção de relatórios de monitorização da implementação dos programas de gestão dos recursos hídricos e da paisagem são peças essenciais do processo de enfrentamento deste problema estrutural, o que supõe a produção de uma bateria de indicadores nesse âmbito. O Observatório do Ordenamento do Território e Urbanismo pode constituir um suporte geral dessa informação e instrumento de monitorização dos impactes das políticas relacionadas com o ambiente e o ordenamento do território.

15. Na dimensão ´políticas`, a gestão recente de recursos hídricos feita no Algarve e suportada nas estruturas existentes na região deu boa indicação da viabilidade de se equacionar e pôr no terreno soluções do tipo das que foram sendo encontradas, em razão dos resultados meritórios que foram alcançados, nomeadamente nos setores do turismo e da agricultura.

16. Esses resultados mostram que há espaço para intervenções efetivas e eficazes, pelo menos, no curto-prazo. O problema é que as razões que estiveram por detrás das medidas então tomadas são estruturais e, obrigam, portanto, à adoção de uma estratégia de longo-prazo. Essa é mais difícil de consensualizar e obriga a que os interessados se comprometam para horizontes temporais largos (o que no caso dos atores políticos é claramente difícil por força dos ciclos político-eleitorais existentes).

17. Neste como noutros casos, tal qual enunciado antes, a descentralização, a coordenação entre escalas e setores e a participação ativa da sociedade são condições fundamentais para assegurar uma gestão da água eficaz, justa e sustentável.

18. A título de conclusão sobre a sessão, foram registados os seguintes contributos dos participantes[1]:

    i. "A Sessão Temática permitiu atestar a importância que o referencial da Agenda 2030 deve assumir no desenho das Políticas Públicas, nomeadamente a importância do princípio da Coerência das Políticas para o Desenvolvimento Sustentável. Esse princípio requer que as Políticas Públicas sejam pensadas numa lógica coordenada e intersectorial, percebendo-se na fase de planeamento os efeitos negativos, positivos e as sinergias que determinada política pública, assim que implementada, vai impactar noutros setores de política. As apresentações setoriais sobre o Turismo, a Água e o Território são temas de política Pública que carecem desta visão coordenada e articulada na fase de desenho e de planeamento das Políticas Públicas. "(Ana Salvado e Ana Simão, PlanAPP).

    ii. "Genericamente, as apresentações foram interessantes, e abarcaram um conjunto alargado de problemáticas muito relevantes para a compreensão da relação existente, mas, também, da relação que no futuro se pode estabelecer entre sustentabilidade e políticas públicas. O conjunto das diferentes apresentações deu-nos um retrato da diversidade e complexidade da realidade territorial. Permitiu ainda sublinhar a relevância de uma leitura que tenha em conta a diversidade territorial existente. Olhar a realidade nacional como um todo é um exercício muito incompleto, que fica longe de nos dar um real retrato do país. As assimetrias regionais exigem uma leitura geograficamente mais detalhada do território nacional." (Joana Malta, INE).

    iii. "Não tendo sido questionado o *sucesso* do evento, pela qualidade das apresentações e pela participação da audiência, ficou patente que eventuais iniciativas desta natureza que sejam organizadas no futuro carecem de dispor de mais tempo para debate, o que também pode contribuir para que decorram com maior vivacidade.*"*

[1] As opiniões expressas são de carácter pessoal e não refletem, necessariamente, as posições das instituições às quais os participantes pertencem.

4. Apresentações

4.1. "Monitorização e Implementação dos ODS através de Instrumentos de Planeamento Estratégicos"

Desta **apresentação**, assegurada por Ana Salvado (PlanAPP) e disponível através desta ligação, realçam-se as seguintes ideias-chave:

- Desde 2023 tem sido trabalhada a monitorização da integração da Agenda 2030 nas políticas públicas através do alinhamento dos Instrumentos de Planeamento Estratégicos (Lei das Grandes Opções, POENMP e OE), e setoriais com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).
- As Metas Estratégicas dos Instrumentos de Planeamento assumem um alinhamento mais significativo com os ODS, nomeadamente com os ODS 3, 7 e 11 tem-se procedido ao alinhamento das metas estratégicas dos instrumentos de planeamento com os ODS e
- No contexto da REPLAN está a ser trabalhado o Painel de metas e indicadores para a Sustentabilidade, adaptando-se as metas e os indicadores ODS ao contexto nacional.

O **primeiro comentário** a esta apresentação foi realizado por Carla Coimbra (CCDR-Centro), onde foram salientadas as seguintes dimensões:

- A prossecução da Agenda 2030 implica envolvimento de todos os níveis de governação, com necessidade de reporte nesses mesmos níveis, assegurando a interligação entre políticas a atores;
- A seleção de indicadores para monitorização mais adequados às realidades locais representa um desafio para a criação de sinergias entre a monitorização dos ODS, as políticas públicas e o desenvolvimento regional e, nesse contexto, considera-se que a avaliação do impacte deverá ser obrigatória.

A título de **ilações ou conclusões,** foram recebidos os seguintes contributos dos participantes[2]:

"Conforme mencionado na apresentação, existem múltiplos instrumentos de planeamento a nível nacional, mas na sua maioria não é claramente definido o contributo de cada instrumento ou avaliado o seu impacto para os ODS. O alinhamento dos instrumentos de Planeamento com os ODS constitui uma oportunidade de reforçar o compromisso com a Agenda 2030 das Nações Unidas, um plano de ação global para o desenvolvimento sustentável.

A incorporação dos ODS nos processos de Planeamento Estratégico é fundamental no sentido de assegurar que as políticas públicas são desenhadas com orientações claras ao nível das diferentes dimensões do desenvolvimento sustentável, como o crescimento económico, o desenvolvimento social e a preservação da natureza. Esta integração favorece a definição de prioridades e a monitorização de resultados. Ao mesmo tempo, a coordenação entre os diferentes Instrumentos de Planeamento é essencial para assegurar a coerência das medidas implementadas. Sem esta articulação determinadas ações podem favorecer a concretização de uns objetivos, mas prejudicar a de outros. O alinhamento com os ODS favorece a conceção de referenciais que contribuam para reduzir contradições, potenciar sinergias e reforçar a eficácia das políticas públicas.

É igualmente importante considerar os efeitos externos que podem influenciar a concretização dos objetivos. Fatores como mudanças nas condições económicas internacionais, crises sanitárias,

[2] Ver nota de rodapé nº 1.

eventos climáticos extremos ou alterações nas políticas europeias podem alterar prioridades, limitar recursos ou criar necessidades. A avaliação desses impactos externos permite ajustar os instrumentos de planeamento, antecipar riscos e garantir que as estratégias mantêm a coerência com a Agenda 2030. Incorporar mecanismos de monitorização e revisão periódica é decisivo para responder a estes desafios e preservar a eficácia das políticas públicas orientadas para os ODS.*"*

(Vasco Leite, CCDR-Norte)

*"*A integração da Agenda 2030 nos instrumentos de planeamento estratégico nacionais é um avanço relevante, mas persistem lacunas na operacionalização" e a "emissão de pareceres pelo PlanAPP sobre o alinhamento dos instrumentos com os ODS reforça a coerência das políticas públicas.*"*

(Ana Cristina Ramos, INE)

*"*A apresentação fez referência à articulação entre os ODS e (1) as medidas de política mais relevantes das Grandes Opções 2024-2028, evidenciando a coerência e compatibilidade entre estes e as medidas definidas na Agenda 2030; (2) o Plano Orçamental Estrutural de Médio Prazo; e (3) o Orçamento do Estado. Estes elementos são essenciais na operacionalização, implementação e monitorização dos ODS.

A apresentação foi importante para perceber a articulação entre os diferentes instrumentos de planeamento e os ODS e sua monitorização. Sugere-se-me apenas que a referência a indicadores concretos de monitorização e avaliação do grau de implementação dos ODS, associados a cada ODS, teria sido talvez relevante e útil na concretização das relações estabelecidas entre ODS e restantes instrumentos de política e planeamento."

(Joana Malta, INE)

4.2. "Monitorização e Implementação dos ODS na Região Centro"

Relativamente a esta **apresentação**, assegurada por Alexandra Gomes (CCDR-Centro) e acessível nesta ligação, sublinham-se as seguintes ideias-chave:

- Para além da incorporação dos ODS no Planeamento Estratégico da Região, é essencial o alinhamento dos instrumentos de monitorização das dinâmicas regionais com os ODS, bem como desenvolver a monitorização regional regular da implementação dos ODS na região;
- Nesse contexto, subsistem necessidades prementes de informação, nomeadamente relativas a: dados com desagregação regional; dados ambientais; dados fiáveis sobre grupos sociais e minorias; e, ainda, o alinhamento de indicadores com outros níveis governamentais.

O **primeiro comentário** a esta apresentação foi realizado por Ana Salvado e Ana Simão (PlanAPP), no qual foram evidenciadas as seguintes dimensões:

- A articulação entre planeamento, financiamento e sustentabilidade é um passo essencial para garantir que os ODS não são apenas uma referência internacional, mas sim uma ferramenta concreta de transformação territorial;
- A definição de um quadro de monitorização com 110 indicadores, adaptado à realidade regional, representa um avanço significativo na harmonização estatística e na produção de conhecimento territorial;
- A disseminação dos ODS junto dos atores locais é fundamental para a sua apropriação e para a construção de uma cultura de desenvolvimento sustentável;
- A importância da participação da CCDR Centro e Norte no projeto "2030CATALYSTS: Implementation of the SDGs in the regions from Monitoring to Action".

- Foi ainda questionada a existência de: de apropriação da publicação pelos decisores regionais; qual o número de indicadores das Nações Unidas coincidente com o quadro de indicadores escolhidos para a região Centro; e sobre perspetivas de colaboração institucional entre o PLANAPP e as CCDR no âmbito do Roteiro Nacional para o Desenvolvimento Sustentável, que prevê a discussão de um painel de metas e indicadores regional harmonizado para todas as regiões de Portugal para a monitorização da Agenda 2030.

A título de **ilações ou conclusões,** foram recebidos os seguintes contributos dos participantes[3]:

"A monitorização dos ODS a nível regional constitui um desafio significativo, sobretudo devido à limitada desagregação regional dos indicadores utilizados a nível nacional. A dispersão das fontes de informação, a inconsistência dos dados e a ausência de séries temporais robustas aumentam as dificuldades das regiões em recolher informação comparável sobre o progresso em relação aos ODS.

Para colmatar estas limitações, é essencial melhorar a disponibilidade da informação estatística e adotar ferramentas e metodologias que permitam avaliar com rigor o progresso regional.

Os projetos como aquele em que a CCDR Centro participou são muito importantes para permitir definir quadros de referência para a monitorização da implementação dos ODS nas regiões. Neste contexto, de referir o projeto "2030CATALYSTS", que envolve as Regiões Norte e Centro, entre outras regiões europeias, e representa uma oportunidade para melhorar os mecanismos de monitorização e reforçar as capacidades dos atores locais/regionais na formulação de políticas públicas com base em dados atualizados e consistentes, e alinhadas com a Agenda 2030."

(Vasco Leite, CCDR-Norte)

"A CCDR Centro apresenta um modelo robusto de territorialização dos ODS, com indicadores regionais e envolvimento dos municípios." "A necessidade de dados mais desagregados e fiáveis é evidente para melhorar a monitorização e a tomada de decisão."

(Ana Cristina Ramos, INE)

"A apresentação sublinha um conjunto de desenvolvimentos relevantes levados a cabo pela Região Centro na implementação e monitorização dos ODS.

A referência a uma estrutura de indicadores harmonizados parece muito interessante. A atenção à comparabilidade constitui um valor acrescentado. Não ficaram, contudo, claros os critérios para a seleção dos 116 indicadores. Não ficou também claro se foi dado algum seguimento à comparabilidade de indicadores."

(Joana Malta, INE)

[3] Ver nota de rodapé nº1.

4.3. "Turismo, Sustentabilidade e Responsabilidade Social - Realidades e Desafios"

Desta **apresentação**, assegurada por Francisco Sá Nogueira (CTP) e acessível nesta ligação, destacam-se as seguintes ideias-chave:

- Existe a necessidade de uma melhor gestão do destino turístico com políticas que possam minimizar os impactes negativos da atividade;
- É essencial assegurar o compromisso dos principais atores do setor – públicos (em particular as autarquias) e privados - com a sustentabilidade, mas também identificar com clareza a efetiva responsabilidade do Turismo em relação a problemas estruturais como a Habitação e os Transportes, nomeadamente, neste último caso, em razão das emissões de CO2
- Salientou-se em termos de linhas orientadoras para a sustentabilidade que não há Qualidade da Experiência Turística sem Qualidade de Vida dos Residentes, pelo que as políticas públicas deverão assegurar esse equilíbrio;
- Foi salientada a importância de adequar a *governance* do País, das Regiões e das Autarquias às novas realidades da Sociedade, da Economia e do Ambiente e, em particular, a *governance* do Turismo, atualizando a mesma de forma a potenciar a contribuição do Turismo para a sustentabilidade no sentido holístico;
- Foi sublinhado que é crítica a importância dos dados para melhorar o desempenho dos atores do Turismo no plano da sustentabilidade, pois não se consegue gerir o que não se conhece.

O **primeiro comentário** a esta apresentação foi realizado por Maria de Lurdes Carvalho (CCDR-Algarve), no qual foram realçadas as seguintes dimensões:

- A relevância que é dada na governação e nas políticas públicas à sustentabilidade económica e ambiental;
- Não há excesso de Turismo, mas sim, falta de gestão dos destinos;
- Existe um desafio de governança e de tecnologia;
- O caminho que deve ser realizado será o de um turismo de natureza, com comunidades resilientes e restauro dos ecossistemas.

A título de **ilações ou conclusões,** foram recebidos os seguintes contributos dos participantes[4]:

"Sobre esta temática, vale a pena salientar que, face ao aumento da procura turística nos Açores registada nas últimas décadas, a Região Autónoma dos Açores passou a submeter o destino à certificação enquanto destino sustentável pela *EarthCheck*, organização reconhecida e acreditada a nível mundial, de acordo com o Conselho Global do Turismo Sustentável (GSTC).

Em 2019, os Açores foram a primeira região do país e o primeiro arquipélago do mundo a receber a certificação de *Destino Turístico Sustentável* da *EarthCheck*, com o nível *Prata*. Em 2024, a Região atingiu um novo marco histórico – o nível I do selo Ouro desta certificação.

Ao mesmo tempo que este reconhecimento internacional posiciona os Açores num patamar de excelência, coloca igualmente desafios, incluindo às autoridades estatísticas. Em particular, a divulgação de indicadores que permitam um melhor conhecimento da realidade regional, nomeadamente desagregados por ilha, permite um melhor planeamento e acompanhamento. Ademais, são estes indicadores que revelam as semelhanças e diferenças entre ilhas, designadamente no que respeita ao turismo, sendo de salientar que a dispersão geográfica destes

[4] Ver nota de rodapé nº1.

nove *mini-mundos* é superior a 600 km, ou seja, superior à dispersão do continente português, uma situação reveladora da necessidade de informação desagregada.

Neste âmbito, o SREA tem desenvolvido esforços contínuos, ao longo dos anos, na busca de mais estatísticas oficiais desagregadas por ilha, sendo um bom exemplo o conjunto de indicadores associados à área do turismo que podem ser consultados no portal do SREA."

(Ivo Sousa, SREA)

"O setor turístico, incluindo o golfe, demonstrou capacidade de adaptação às medidas de eficiência hídrica.
A Resolução do Conselho de Ministros n.º 80/2024 introduz metas concretas, mas a monitorização depende da adesão voluntária ao selo.
É essencial dissociar o crescimento económico do aumento do consumo de recursos naturais."

(Ana Cristina Ramos, INE)

"Nesta apresentação, faltou fazer acompanhar algumas afirmações, algumas sobretudo políticas, de dados que as fundamentassem.

Foi referido o impacto económico do turismo, que é incontestável, mas ficaram por referir outros impactos, como os ambientais, sociais, habitacionais, etc. Os inquestionáveis impactos deste setor na economia estão longe de esgotar os grandes efeitos do turismo no país.

Sugere-se que o turismo deve ser avaliado a escalas geográficas mais finais, já que o seu impacto no território nacional é muito diferenciado. Equacionar a sustentabilidade do turismo em regiões onde a pressão turística é hoje difícil de contestar parece ser urgente. Embora não tenha sido feita qualquer referência a estes aspetos, julgamos que não podem estar ausentes de qualquer discussão que remeta para o tema desta apresentação."

(Joana Malta, INE)

4.4. "Gestão de Recursos Hídricos em Contexto de Alterações Climáticas"

Nesta **apresentação**, assegurada por Pedro Coelho (APA-ARH Algarve) e disponível através desta ligação, foi realçada a relevância:

- do Plano Regional de Eficiência Hídrica e o desenvolvimento da capacidade de monitorização das massas de água subterrâneas e superficiais, com reforço da rede de monitorização, implementação de sistemas de telemetria e tecnologias digitais de monitorização e fiscalização;
- da evolução positiva ao nível do conhecimento, com uma gestão mais informada e inteligente dos recursos na região;
- dos efeitos da aplicação de medidas de contingência; e
- do desenvolvimento da Governança da água na região.

O **primeiro comentário** a esta apresentação foi realizado pelo Presidente da SPEBT, no qual se evidenciaram as seguintes dimensões:

- As respostas às alterações climáticas representam um desafio à nossa capacidade de coletiva de adaptação técnica, institucional e cultural;
- As razões estruturais implicam a adoção de estratégias e políticas de longo-prazo, com participação ativa da sociedade.

A título de **ilações ou conclusões,** foram recebidos os seguintes contributos dos participantes[5]:

"O PREH Algarve é um exemplo de planeamento participado e adaptativo, com medidas estruturais em curso.

A gestão conjunta entre APA e universidade na dessalinizadora urbana é uma boa prática de colaboração institucional.

A monitorização em tempo real e o reforço da rede de medição são fundamentais para a gestão sustentável da água."

(Ana Cristina Ramos, INE)

"A avaliação da sustentabilidade dos recursos hídricos na Região do Algarve é um tema da maior relevância. Apesar de um certo aligeirar da urgência deste assunto, decorrente de um aumento das chuvas no último ano, este é um problema muito relevante, e para o qual importa equacionar soluções. A apresentação foi muito interessante.

Procurando cruzar esta com a apresentação anterior, seria interessante monitorizar o impacto direto do turismo do Algarve no consumo de recursos hídricos da região. Foram referidos os consumos (e propostas para a sua minimização) decorrentes da manutenção de campos de golfe. Contudo, o consumo de recursos hídricos decorrente do turismo não se resume a estes gastos."

(Joana Malta, INE)

4.5. "Transformar a Paisagem: Planear, Envolver e Evidenciar"

Desta apresentação, assegurada por Ana Seixas (DGT) e acessível nesta ligação, realçam-se as seguintes ideias chave:

- A gestão da paisagem implica que na implementação das políticas públicas seja conseguido o envolvimento dos principais atores no território e sejam evidenciadas as melhorias obtidas daí decorrentes;
- Os relatórios de monitorização da implementação dos Programas de Reordenamento e Gestão da Paisagem (PRGP), serão suportados por uma bateria de indicadores a consolidar no âmbito do Observatório do Ordenamento do Território e Urbanismo (OOTU).

O **primeiro comentário** a esta apresentação foi realizado por Linda Pereira (CCDR - Lisboa e Vale do Tejo), no qual foi evidenciado:

- Sublinha-se a articulação entre as políticas públicas promovida pela DGT na dinamização dos projetos em curso: articulação das políticas de ordenamento do território (PNPOT), Transformação da Paisagem (PTP) e Gestão Integrada de Fogos Rurais (PNA SGIFR).
- No âmbito da política de transformação da paisagem, os instrumentos e processo de planeamento (Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem - PRGP) foram elaborados com foco na execução e envolvimento de atores (Áreas Integradas de Gestão da paisagem - AIGP e Operações Integradas de gestão da Paisagem -OIGP). Esses instrumentos (PRGP, AIGP e OIGP) tiveram assegurada disponibilidade financeira do PRR – positivo, mas uma exceção face a outros processos de planeamento.

[5] Ver nota de rodapé nº1.

- Alerta-se, contudo, para a necessidade da política pública passar do planeamento à ação: os resultados dos projetos em curso dependerão da liderança e capacidade de dinamização persistente de atores múltiplos existentes no terreno.
- Por último, destaca-se a necessidade de monitorizar os indicadores associados aos PRGP e AIGP/OIGP, requisito essencial para evidenciar resultados e ajustar as propostas às necessidades territoriais – ex.: incêndios 2025.

A título de **ilações ou conclusões,** foram recebidos os seguintes contributos dos participantes[6]:

"A transformação da paisagem exige envolvimento dos atores locais e integração de indicadores desde o início.
A falta de tempo e capacidade de execução são desafios persistentes, apesar da existência de financiamento.
A criação da base de dados nacional de cartografia será um recurso valioso e mesmo crucial para planeamento e monitorização."

(Ana Cristina Ramos, INE)

"A apresentação foi muito relevante, mostrando instrumentos para a monitorização da transformação do território através de sistemas de informação geográfica. A utilização destes instrumentos no planeamento e monitorização das transformações territoriais pode ser muito relevante no contexto da gestão dos fogos florestais, como foi aliás referido na apresentação.

A avaliação da transformação da paisagem parece ser um instrumento basilar para o planeamento e monitorização de políticas nacionais e regionais com impactos no território."

(Joana Malta, INE)

"[Sublinha-se] A articulação entre políticas públicas promovida pela DGT na dinamização dos projetos em curso: articulação das políticas de ordenamento do território (PNPOT), Transformação da Paisagem (PTP) e Gestão Integrada de Fogos Rurais (PNA SGIFR).

No âmbito da política de transformação da paisagem, os instrumentos e processo de planeamento (Programa de reordenamento e Gestão da paisagem - PRGP) foram elaborados com foco na execução e envolvimento de atores (Áreas Integradas de Gestão da paisagem - AIGP e Operações Integradas de gestão da Paisagem -OIGP). Esses instrumentos (PRGP, AIGP e OIGP) tiveram assegurada disponibilidade financeira do PRR – exceção face a outros processos de planeamento.

Alerta-se, contudo, para a necessidade da política pública passar do planeamento à ação: os resultados dos projetos em curso dependerão da liderança e capacidade de dinamização persistente de atores múltiplos existentes no terreno.

Por último, destaca-se a necessidade de monitorizar os indicadores associados aos PRGP e AIGP/OIGP, requisito essencial para evidenciar resultados e ajustar as propostas às necessidades territoriais – ex.: incêndios 2025".

(Linda Pereira, CCDR - Lisboa e Vale do Tejo)

[6] Ver nota de rodapé nº1.

5. Referências bibliográficas e documentais

RIBEIRO, J. Cadima (coord.), *O desafio crítico da sustentabilidade: do conceito de sustentabilidade às práticas de política*. Braga: UMinho Editora, 2025.
(disponível para descarregamento gratuito na plataforma eletrónica da Universidade do Minho https://ebooks.uminho.pt/index.php/uminho/catalog/book/206)

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
Dossiê temático sobre Indicadores de Desenvolvimento Sustentável
Objetivos de Desenvolvimento Sustentável | Agenda 2030 - Publicação
Aplicação interativa sobre Economia Circular

CENTRO DE PLANEAMENTO E DE AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS - PlanAPP
PT Sustentável
Roteiro Nacional para o Desenvolvimento Sustentável - versão de trabalho
Resolução do Conselho de Ministros n.º 5/2023 | DR
Suporte à coordenação e acompanhamento da Agenda 2030
OECD Policy Coherence Scan of Portugal (EN)
Grandes Opções 2024-2028 - Lei n.º 45-B/2024
RAP do POENMP 2025
RVN-2023
Capítulo 7.4. OE e os ODS do ROE 2026
SDG Mapper Intro | KnowSDGs

TURISMO DE PORTUGAL
Sustentabilidade do Turismo

EUROSTAT
Sustainable development goals
Sustainable development goals (SDGs) and EU regions - people

COMISSÃO EUROPEIA
SDG Mapper Intro | KnowSDGs

OCDE
OECD Policy Coherence Scan of Portugal (EN)
Strengthening the evidence base for a sustainable tourism future in Portugal

ESA – AGÊNCIA ESPACIAL EUROPEIA
Sustainable Tourism Indicators

NAÇÕES UNIDAS
https://sdgs.un.org/goals - UN SDG

6. Anexo

CSE
Conselho Superior de Estatística

Secção Permanente de Estatísticas de Base Territorial
Sessão temática **"Sustentabilidade e Políticas Públicas"**
Salão Nobre – INE – 22 de setembro de 2025

Partilha de ilações, conclusões ou anotações consideradas relevantes

Devolver até 26 de setembro para: secretariado.cse@ine.pt

Cara(o) participante,

Para registo em relatório da sua experiência neste evento, vimos solicitar o seu contributo para partilha das ilações, conclusões ou anotações que as apresentações, comentários e debate lhe vierem a suscitar.

A possibilidade de partilha da sua opinião poderá configurar:

a) A transcrição total ou parcial com identificação do nome do autor, nos casos em que assinale com X no campo indicado e nos devolva o documento assinado e gravado em ficheiro com o seu nome no final da designação do mesmo;
b) O tratamento dos seus contributos, em síntese e sem identificação do seu nome, caso não assinale o campo de consentimento associado a cada comentário ou o documento não nos seja enviado assinado.

Contributos:

Título da apresentação: ***Monitorização e Implementação dos ODS através de Instrumentos de Planeamento Estratégico***		
Ilações, conclusões ou anotações:		
Declaração de consentimento:		
Assinale com X		Sim, autorizo a inclusão total ou parcial destas afirmações com identificação do meu nome no relatório do evento

Título da apresentação: ***Monitorização e Implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável na Região Centro***		
Ilações, conclusões ou anotações:		
Declaração de consentimento:		
Assinale com X		Sim, autorizo a inclusão total ou parcial destas afirmações com identificação do meu nome no relatório do evento

CSE
Conselho Superior de Estatística

Titulo da apresentação: ***Turismo, sustentabilidade e responsabilidade social – Realidades e Desafios***		
Ilações, conclusões ou anotações:		
Declaração de consentimento:		
Assinale com X		Sim, autorizo a inclusão total ou parcial destas afirmações com identificação do meu nome no relatório do evento

Titulo da apresentação: ***Água e Sustentabilidade em Tempos de Mudança***		
Ilações, conclusões ou anotações:		
Declaração de consentimento:		
Assinale com X		Sim, autorizo a inclusão total ou parcial destas afirmações com identificação do meu nome no relatório do evento

Titulo da apresentação: ***Transformar a Paisagem: Planear, Envolver e Evidenciar***		
Ilações, conclusões ou anotações:		
Declaração de consentimento:		
Assinale com X		Sim, autorizo a inclusão total ou parcial destas afirmações com identificação do meu nome no relatório do evento

Outras ilações, comentários ou sugestões:		
Declaração de consentimento:		
Assinale com X		Sim, autorizo a inclusão total ou parcial destas afirmações com identificação do meu nome no relatório do evento

Data:

Assinatura:

7. Agradecimentos

Aos autores das apresentações e aos primeiros comentadores, cujo empenho e rigor permitiram dinamizar de forma mais produtiva as discussões durante a sessão.

Aos participantes, pela qualidade das intervenções, pelo debate construtivo e pelo reporte subsequente de ilações, reflexões e conclusões, que constituem um contributo valioso para o registo do evento.

Ao Presidente da Secção Permanente de Estatísticas de Base Territorial, pelo papel determinante na coordenação de todo o processo de preparação da sessão, pelos comentários detalhados às apresentações e pela elaboração do Sumário Executivo, garantindo a coerência, a clareza e a relevância do documento final.